

Orientações sobre os pedidos de confidencialidade durante os processos anti-trust da Comissão¹

(última atualização: 16/08/2021)

- (1) Caso uma investigação leve à adoção de uma comunicação de objeções, a Comissão coloca à disposição os documentos que foram obtidos, elaborados e/ou recolhidos pela Direção-Geral da Concorrência durante a investigação. É concedido acesso ao processo, mediante pedido, e apenas às empresas/associações de empresas destinatárias de uma comunicação de objeções². No caso de a Comissão decidir num processo de cartel iniciar um procedimento de transação, a Comissão divulgará informações constantes do processo às partes que estejam envolvidas nas conversações de transação³.
- (2) O direito de acesso ao processo não é extensível às partes do processo que contêm segredos comerciais ou outras informações confidenciais, ou a documentos internos da Comissão ou das autoridades responsáveis em matéria de concorrência dos Estados-Membros (no entanto, ver também o ponto 28 *infra*).⁴
- (3) O acesso ao processo é concedido desde que as informações assim obtidas apenas possam ser utilizadas para efeitos de processos judiciais ou administrativos de aplicação do artigo 101.º ou 102.º do TFUE⁵.
- (4) As empresas, as associações de empresas e as pessoas singulares devem indicar os segredos comerciais e outras informações confidenciais nas declarações e/ou documentos que delas emanem e que constem do processo da Comissão⁶. Esta obrigação inclui também as observações que os destinatários de uma comunicação de objeções podem apresentar.
- (5) Em certas circunstâncias, a Comissão pode decidir conceder acesso a determinados documentos do processo também noutras fases do procedimento. Em especial, a Comissão pode decidir conceder acesso aos principais contributos no âmbito de

¹ As presentes orientações dizem respeito a pedidos de confidencialidade face às partes em litígio. Convém referir que existem orientações distintas em matéria de confidencialidade, tendo em vista a preparação de versões públicas das decisões da Comissão e de publicações conexas. Em 1 de dezembro de 2009, os artigos 81.º e 82.º do Tratado CE passaram a ser, respetivamente, os artigos 101.º e 102.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE»). Em ambos os casos as disposições são idênticas quanto à sua essência. Nos regulamentos e comunicações adotados antes de 1 de dezembro de 2009, deve considerar-se que as remissões para os artigos 81.º e 82.º do Tratado CE são feitas para os artigos 101.º e 102.º do TFUE.

² Artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 773/2004 da Comissão, JO L 123 de 27.4.2004, p. 18.

³ Artigo 10.º-A, n.º 2, do Regulamento n.º 773/2004, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento 2015/1348; pontos 15 e 16 da Comunicação da Comissão relativa à condução de procedimentos de transação nos processos de cartéis, JO C 167 de 2.7.2008, p. 1.

⁴ Artigos 27.º e 28.º do Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, JO L 1 de 4.1.2003, p. 1; artigo 15.º, n.º 2, e artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 773/2004; ponto 10 da Comunicação da Comissão relativa às regras de acesso ao processo da Comissão nos casos de aplicação dos artigos 81.º e 82.º do Tratado CE, dos artigos 53.º, 54.º e 57.º do Acordo EEE e do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho, JO C 325 de 22.12.2005, p. 7 («Comunicação relativa ao acesso ao processo»). Ver também processos apensos C-204/00 P, C-205/00 P, C-211/00 P, C-213/00 P, C-217/00 P e C-219/00 P *Aalborg Portland e outros/Comissão*, EU:C:2004:6, Colet. 2004, p. I-123, n.º 68.

⁵ Ver artigo 16.º-A do Regulamento n.º 773/2004, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento 2015/1348; ponto 48 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

⁶ Artigo 16.º do Regulamento n.º 773/2004.

processos anti-*trust* que não sejam relativos a cartéis ou a respostas escritas à comunicação de objeções. Se for caso disso, a Comissão terá em conta as preocupações legítimas quanto à confidencialidade, nomeadamente o receio de represálias, antes de conceder qualquer acesso⁷.

- (6) Este documento fornece orientações para identificar segredos comerciais e outras informações confidenciais e descreve o modo como as versões não confidenciais devem ser apresentadas. Caso não respeite estas orientações, a Comissão pode presumir que os seus contributos/documentos não contêm segredos comerciais ou outras informações confidenciais⁸ e que, consequentemente, não tem objeções à divulgação dessas informações.
- (7) Para obter orientações sobre a forma de apresentar documentos originais confidenciais, consulte as «*Recomendações para a transmissão de documentos por via eletrónica nos processos de anti-trust e de cartéis*», que estão disponíveis [aqui](#).
- (8) Este documento de orientação não substitui as respetivas disposições do direito da UE referentes ao sigilo profissional e aos pedidos de confidencialidade⁹.

I. O que se entende por segredos comerciais e outras informações confidenciais?

- (9) A legislação da UE em matéria de processos de aplicação dos artigos 101.º e 102.º do TFUE prevê que as informações não serão comunicadas, nem a Comissão facultará o acesso a tais informações, se contiverem **segredos comerciais** ou **outras informações confidenciais** de uma pessoa¹⁰.
- (10) Os **segredos comerciais** são informações confidenciais acerca das atividades comerciais de uma empresa, relativamente às quais não só a divulgação pública mas também a mera transmissão a uma pessoa diferente daquela que as forneceu pode lesar gravemente os interesses da empresa¹¹. Como exemplos deste tipo de informações podem citar-se: informações técnicas e/ou financeiras relativas ao saber-fazer, métodos de cálculo dos custos, segredos e processos de produção, fontes de abastecimento, quantidades produzidas e vendidas, quotas de mercado, listagens de clientes e de distribuidores, estratégia comercial, estruturas de custos e de preços e política de vendas de uma empresa¹².
- (11) As **outras informações confidenciais** são informações que não são segredos comerciais, mas cuja divulgação seria suscetível de prejudicar gravemente uma pessoa ou uma empresa. Em função das circunstâncias específicas de cada caso, poderá tratar-se de informações fornecidas por terceiros sobre empresas que estão em posição de exercer uma pressão considerável a nível económico ou comercial sobre os seus concorrentes ou sobre os seus parceiros comerciais, clientes ou fornecedores. O Tribunal de Justiça da União Europeia reconheceu que é legítimo recusar revelar a

⁷ Ver a este respeito os pontos 71 a 74 e 103 da Comunicação da Comissão sobre boas práticas para a instrução de processos de aplicação dos artigos 101.º e 102.º do TFUE, JO C 308 de 20.10.2011 («Boas Práticas»), p. 6.

⁸ Artigo 16.º, n.º 4, do Regulamento n.º 773/2004.

⁹ Artigo 339.º do TFUE, Regulamento n.º 1/2003, Regulamento n.º 773/2004 e Comunicação relativa ao acesso ao processo.

¹⁰ Artigo 16.º, n.º 1, do Regulamento n.º 773/2004.

¹¹ Processo T-353/94, *Postbank NV/Comissão*, EU:T:1996:119, Colet. 1996, II-921, n.º 87.

¹² Ponto 18 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

essas empresas determinadas cartas recebidas dos seus clientes, uma vez que esta divulgação poderia facilmente expor os autores ao risco de represálias¹³. Por conseguinte, a noção de outras informações confidenciais pode englobar informações que permitam às partes identificar os autores das denúncias ou terceiros que desejam, legitimamente, manter o anonimato. A categoria de outras informações confidenciais inclui igualmente os segredos militares¹⁴.

- (12) No contexto da publicação de decisões em matéria de direito da concorrência, resulta da jurisprudência que, para que as **informações sejam consideradas confidenciais, todas as seguintes condições devem estar preenchidas**: i) essas informações só devem ser conhecidas de um número restrito de pessoas; ii) a sua divulgação é suscetível de causar um prejuízo sério à pessoa que as forneceu ou a terceiros; e iii) é necessário que os interesses suscetíveis de serem lesados pela divulgação da informação sejam objetivamente dignos de proteção¹⁵. Estes princípios são igualmente aplicados na avaliação dos pedidos de confidencialidade no contexto das comunicações de objeções, do acesso ao processo e das decisões finais.
- (13) Por último, os nomes de pessoas não envolvidas na infração podem ser considerados informações confidenciais, na medida em que constituem dados pessoais que não podem ser transferidos. Tal como acontece com todas as ocultações, cabe à empresa que forneceu o documento apresentar tais pedidos de confidencialidade. Se um tal nome continuar a figurar numa versão não confidencial de um ato processual, dado não ter existido um pedido de confidencialidade no que lhe diz respeito, a Comissão tem o direito de concluir não existirem «motivos para pressupor que os interesses legítimos do titular dos dados possam vir a ser prejudicados», nos termos do artigo 9.º do Regulamento (UE) 2018/1725¹⁶.

II. Quais os elementos que não são considerados segredos comerciais nem outras informações confidenciais?

- (14) Para avaliar se determinadas informações constituem um segredo comercial ou outras informações comerciais deve proceder-se a uma análise numa base casuística. As informações constantes das suas declarações/documentos que não são abrangidas pelas definições de «segredos comerciais e outras informações confidenciais» (ver pontos 10-12), não serão consideradas confidenciais.
- (15) Em especial, as informações relativas a uma empresa que são já conhecidas fora da empresa (no caso de um grupo, fora do grupo) ou fora da associação a quem foram comunicadas por essa empresa, não serão normalmente consideradas confidenciais. Para que as informações percam o seu carácter confidencial, é suficiente que estejam

¹³ Os Tribunais da UE pronunciaram-se sobre esta questão, tanto em casos de alegados abusos de uma posição dominante (artigo 102.º do TFUE) (Processo T-65/89, *BPB Industries e British Gypsum/Comissão*, EU:T:1993:31, Colet. 1993, p. II-389; e Processo C-310/93P, *BPB Industries e British Gypsum/Comissão*, EU:C:1995:101, Colet. 1995, p. I-865), como em casos de concentrações (Processo T-221/95 *Endemol/Comissão*, EU:T:1999:85, Colet. 1999, p. II-1299, n.º 69, e Processo T-5/02 *Laval/Comissão*, Colet. 2002, EU:T:2002:264, p. II-4381, n.ºs 98 e seguintes).

¹⁴ Pontos 19 e 20 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

¹⁵ Processo T-198/03 *Bank Austria Creditanstalt AG/Comissão*, EU:T:2006:136, Colet. 2006, p. II-1429, n.º 71.

¹⁶ JO L 295 de 22.11.2018, p. 39.

disponíveis em círculos especializados ou possam ser inferidas a partir das informações disponíveis ao público¹⁷.

- (16) As informações que perderam importância comercial, por exemplo devido ao tempo que decorreu, podem também deixar de ser consideradas confidenciais. Além disso, o Tribunal Geral considerou, e o TJE confirmou, que um período de cinco anos é, por si só, suficiente para que as informações percam a sua qualificação de segredos comerciais ou outras informações confidenciais¹⁸. O tratamento confidencial da informação só pode ser concedido a tais dados, a título excecional, se se provar que, não obstante a sua antiguidade, estes continuam a constituir elementos essenciais da posição comercial da empresa em causa¹⁹.
- (17) A título de exemplo, o seguinte tipo de informações não é normalmente considerado um segredo comercial ou outra informação confidencial, exceto quando devidamente justificado (demonstrando a necessidade da sua supressão da parte acessível do processo²⁰):
- dados provenientes de outra empresa e a ela relativos (como anúncios de preços, dados relativos às vendas, etc.). No entanto, a título excecional, os dados recebidos no âmbito de um contrato celebrado com outra empresa em que a confidencialidade esteja prevista podem ser considerados confidenciais. As referências gerais a um acordo de não divulgação de informações não são suficientes para justificar o caráter confidencial de tais dados;
 - informações já conhecidas fora da empresa (como objetivos em matéria de preços, aumentos de preços, data de aplicação de tais aumentos e nomes de clientes, especialmente se forem empresas);
 - elementos de facto referentes a um pedido de imunidade em matéria de coimas ou de redução do seu montante, quando se destinam a provar uma alegada infração, a menos que a sua divulgação seja suscetível de prejudicar a política de clemência da Comissão;
 - nomes e cargos das pessoas singulares relacionadas com o objeto do inquérito. No caso de as pessoas em questão terem estado alegadamente envolvidas ou terem recebido informações sobre a suspeita de infração, os seus nomes e cargos não podem ser ocultados nas versões acessíveis das declarações/dos documentos.
- (18) Deve salientar-se que as **declarações orais de uma empresa**, apresentadas no âmbito de um pedido de imunidade em matéria de coimas ou de redução do seu montante ao abrigo da Comunicação sobre a clemência²¹, **não podem conter, por definição, segredos comerciais ou outras informações confidenciais**, dado que constituem uma

¹⁷ Despacho no Processo T-89/96 *British Steel/Comissão*, EU:T:1997:77, Colet. 1997, p. II-835, n.ºs 26 e 27.

¹⁸ Ver processo T-341/12, *Evonik Degussa GmbH/Comissão*, EU:T:2015:51, n.ºs 84-85, e Processo C-162/15 P, *Evonik Degussa GmbH/Comissão*, n.ºs 64-67.

¹⁹ Ver, por exemplo, despacho no Processo T-271/03 *British Steel/Comissão*, EU:T:2006:163, Colet. 2006, p. II-1747, n.º 45.

²⁰ Ver, por exemplo, ponto 19 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

²¹ Comunicação da Comissão relativa à imunidade em matéria de coimas e à redução do seu montante nos processos relativos a cartéis, JO C 298 de 8.12.2006, p. 17 («Comunicação sobre a clemência»).

apresentação dos conhecimentos da empresa em relação a um cartel e ao seu papel nesse cartel²².

III. Como apresentar um pedido de confidencialidade

- (19) Por razões de eficiência administrativa, a Comissão sugere vivamente a utilização da plataforma segura eConfidentiality para apresentar pedidos de confidencialidade, negociar e apresentar uma versão final não confidencial dos documentos. Para mais informações sobre as modalidades de registo e utilização da eConfidentiality, consultar o sítio Web da DG Concorrência (ver [aqui](#)). Se concordar em utilizar a eConfidentiality, não terá de apresentar uma versão não confidencial juntamente com a sua resposta confidencial. A equipa responsável pelo processo contactá-lo-á separadamente.
- (20) Se não concordar em utilizar a eConfidentiality, queira apresentar, em primeiro lugar, um projeto de versão não confidencial dos contributos/documentos, em que as informações consideradas confidenciais estejam marcadas mas continuem legíveis. Depois de a Comissão aceitar provisoriamente o seu pedido de confidencialidade, será convidado a apresentar uma versão não confidencial definitiva em que as informações confidenciais serão ocultadas. A Comissão reserva-se o direito de reconsiderar, numa fase ulterior do processo, a sua avaliação inicial do seu pedido de confidencialidade.
- *Apresentar uma versão não confidencial completa de cada documento em relação ao qual sejam feitos pedidos de confidencialidade*
- (21) Deve apresentar uma versão não confidencial de cada contributo/documento em relação ao qual solicita confidencialidade²³. Os carimbos de confidencialidade usuais em papel timbrado de escritórios de advogados ou as declarações automáticas de exoneração de responsabilidade nas mensagens de correio eletrónico não são considerados pedidos de tratamento confidencial.
- (22) A versão não confidencial dos contributos/documentos deve ter o mesmo número de páginas e o mesmo formato da versão confidencial. Se solicitar a confidencialidade de partes de um documento, deve apresentar uma versão não confidencial da TOTALIDADE do documento.
- *Limitar as ocultações a elementos específicos de informação*
- (23) Regar geral, não pode pedir a confidencialidade de um documento completo nem de secções inteiras do mesmo. É geralmente possível proteger as informações confidenciais introduzindo ocultações limitadas. Não serão aceites páginas totalmente em branco ou totalmente ocultadas com tinta preta. No mínimo, deve deixar inalterados os títulos dos documentos e/ou os títulos das colunas dos quadros e dos gráficos, bem como as eventuais listas de anexos.

²² Ver ponto 31 da Comunicação sobre a clemência. A Comissão exige que as empresas que apresentam um pedido de clemência produzam uma declaração para o efeito no momento da apresentação do pedido.

²³ Artigo 16.º, n.º 2, do Regulamento n.º 773/2004.

- *Fundamentar os seus pedidos de confidencialidade e acompanhá-los de resumos não confidenciais*

(24) Deve fornecer à Comissão todas as informações pertinentes que lhe permitam avaliar a confidencialidade de uma informação. Por conseguinte, deve

- fundamentar cada pedido** de confidencialidade por escrito, explicando:
 - as razões pelas quais as informações em causa constituem um segredo comercial ou outra informação confidencial;
 - em especial, de que forma a divulgação desta informação pode lesar gravemente a sua empresa ou lesar significativamente uma pessoa ou uma empresa.
- apresentar um resumo não confidencial pertinente mas conciso** de cada informação alegadamente confidencial.

Justificações habituais como «segredo comercial» ou «informação não conhecida por outras partes», sem qualquer justificação, não serão aceites. No que diz respeito aos dados numéricos (como quotas de mercado ou volumes de negócio) deve indicar intervalos de variação. Relativamente às vendas e/ou aos dados relativos ao volume de negócios, indicar intervalos de variação não superiores a 20 % dos respetivos montantes totais. Valores relativos como as percentagens de quotas de mercado devem, normalmente, ser indicados com um intervalo de variação não superior a 5 %.

(25) As justificações e os resumos não confidenciais de cada elemento de informação alegadamente confidencial devem ser apresentados sob a forma de uma lista. Queira consultar o seguinte formato:

Exemplo: Lista de pedidos de confidencialidade²⁴ [acessível aos destinatários da CO!]

ID # (se disponível)	Ocultações na página # da versão original confidencial/ponto # (se relevante, queira indicar o número do anexo)	Justificação do pedido de confidencialidade	Resumo não confidencial

(26) As versões não confidenciais dos contributos/documentos e os resumos das informações ocultadas devem ser elaboradas de forma a que qualquer parte que tenha acesso às versões não confidenciais possa determinar se as informações ocultadas são suscetíveis de ser relevantes para a sua defesa. **É, por isso, muito importante fornecer descrições precisas, com base nas quais as outras partes possam avaliar**

²⁴ Para mais informações, ver a seguir «Exemplos de pedidos de confidencialidade: como fornecer justificações e resumos não confidenciais».

as informações e, caso considerem necessário, apresentar à Comissão um pedido bem fundamentado de acesso às informações que alegou serem confidenciais.

- (27) Convém referir que, de acordo com as versões não confidenciais dos contributos/documentos, também os resumos não confidenciais e as justificações dos seus pedidos de confidencialidade terão de ser disponibilizados às partes com direito de acesso ao processo. Por conseguinte, **certifique-se de que o quadro que contém os resumos e as justificações dos seus pedidos de confidencialidade não inclui informações confidenciais.** Verifique também se as propriedades dos seus documentos eletrónicos incluem quaisquer informações confidenciais. A Comissão presumirá que os resumos e as justificações dos seus pedidos de confidencialidade, bem como as propriedades das suas versões não confidenciais apresentadas, não são confidenciais.
- (28) Note-se que uma informação que é considerada confidencial pode, ainda assim, ser divulgada, se essa divulgação **for necessária para provar uma alegada infração ou se for necessária para eximir uma parte**²⁵.
- *Garantir que as suas versões não confidenciais são tecnicamente fiáveis*
- (29) No acesso ao processo da Comissão, as versões não confidenciais dos contributos/documentos serão acessíveis às partes no processo no mesmo formato em que tiverem sido apresentadas. É da sua responsabilidade garantir que as versões não confidenciais por si fornecidas são tecnicamente fiáveis e as informações expurgadas não podem ser extraídas por qualquer meio, incluindo ferramentas de peritagem forense. A Comissão não assume qualquer responsabilidade por versões não confidenciais insuficientemente expurgadas.
- *Avaliação de outros pedidos de acesso ao processo, divulgação de informações confidenciais e comparação com os seus próprios pedidos de confidencialidade relativamente aos seus contributos/documentos*
- (30) Caso lhe seja concedido acesso ao processo e apresente posteriormente um pedido justificado de novo acesso a informações confidenciais fornecidas por outras empresas, a Comissão apreciará se a necessidade de salvaguardar os direitos de defesa das partes se pode sobrepor às preocupações de proteção de informações confidenciais de outras partes. Em conformidade com os pontos 24 e 47 da Comunicação relativa ao acesso ao processo, a Comissão apreciará se tais informações são necessárias para provar uma alegada infração («documento incriminatório») ou para eximir uma parte («documento de prova da defesa»).
- (31) Na avaliação de quaisquer pedidos da sua parte tendentes a obter acesso adicional a informações para as quais outras partes pediram confidencialidade, a Comissão tomará em consideração a coerência desses pedidos com quaisquer pedidos de confidencialidade que tenha apresentado relativamente às suas próprias informações.
- (32) Caso a Comissão tencione divulgar informações que alegou serem confidenciais, ser-lhe-á dada a possibilidade de fornecer uma versão não confidencial dos documentos que contêm tais informações, com o mesmo valor probatório que os documentos

²⁵ Pontos 24-25 e 42 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

originais²⁶. Pode também propor a utilização de um procedimento de divulgação negociado ou um procedimento de sala de consulta de dados caso considere que um tal procedimento é a melhor maneira de salvaguardar a confidencialidade e facilitar o intercâmbio de tais informações confidenciais²⁷.

²⁶ Ponto 25 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

²⁷ Pontos 95-98 das Boas Práticas.

Exemplos de pedidos de confidencialidade: como fornecer justificações e resumos não confidenciais.

Nos processos anti-*trust*, as empresas são convidadas a fornecer uma fundamentação quanto a todos os seus pedidos de confidencialidade, juntamente com resumos não confidenciais, sob a forma de quadro com as rubricas constantes do quadro a seguir.

Este quadro apresenta exemplos de fundamentação do pedido de confidencialidade e de resumos não confidenciais. Note-se que o quadro é fornecido a título de exemplo e não é exaustivo.

ID # (se disponível)/	Supressões na página # da versão original confidencial/ponto # (se relevante, indicar número do anexo)	Justificação do pedido de confidencialidade	Resumo não confidencial
ID 548-34 ²⁸	Páginas 1-3	A está em negociações de preços com B. O conhecimento da sua estratégia de preços por parte de B prejudicaria gravemente a posição comercial de A nas negociações em curso e em relação a futuros contratos de fornecimento.	Reunião de direção, de [DATE], no que diz respeito à estratégia de preços a adotar face a B.
ID 548-39	Página 6	Potencial projeto com concorrente de B. O projeto ainda é viável. O conhecimento dos pormenores destas conversações poderiam prejudicar as atuais e futuras oportunidades de negócio de A.	Correspondência interna por correio eletrónico de [DATE] relativamente ao fornecimento em [NAME OF A COUNTRY/GEOGRAPHIC AREA].
ID 549-22	Página 18	Informações recentes sobre os custos de produção, lucros ou outras informações financeiras importantes para a atual estratégia comercial e para as	Informações estratégicas e comerciais sobre as operações da empresa A, incluindo informações sobre os custos de produção, lucros e outras informações

²⁸ Este é um exemplo de uma referência à chamada coletânea ID, que contém, sob um número de identificação (neste caso 548), todos os documentos recebidos na mesma comunicação, em que cada documento recebeu o seu próprio número de identificação individual (neste caso, 34).

		relações comerciais.	financeiras.
ID 549-22	Páginas 54-57	Documento contém pormenores sobre a estratégia comercial de A e informações sensíveis sobre dados comerciais essenciais que não são do conhecimento público e cujo conhecimento pelo fornecedor B poderia prejudicar gravemente os interesses comerciais de A e revelar a sua estratégia em relação a B, o que afetaria a posição de A em futuras negociações de aprovisionamento com B.	Resumo de síntese interno - Gráfico de [DATE] relativo a volumes, estratégia de preços, estrutura do contrato e estratégia comercial em [PRODUCT AND GEOGRAPHIC AREA CONCERNED]
ID 549-25	Páginas 2-6	Nomes e/ou função/título e/ou outras informações pessoais que permitam a identificação de uma pessoa não relacionada com a investigação. A divulgação pode prejudicar os interesses pessoais dessas pessoas.	«Nome de uma pessoa» ou «Empregado da Empresa A» ou «informações pessoais»
ID 550	-	Não foi solicitada confidencialidade ²⁹ .	-
ID 551	Páginas 2, 5 e 8	As supressões referem-se a uma avaliação interna das atas das reuniões com B. A tem em curso relações comerciais com B. Se reveladas, as informações permitirão	Atas de reuniões com B de [DATE].

²⁹ Caso não solicite a confidencialidade para um documento, convém mencioná-lo explicitamente no quadro, tal como se indica acima. Em alternativa, pode enumerar separadamente todos os documentos para os quais não pede confidencialidade. Em qualquer caso, deve renunciar explicitamente à confidencialidade para todos os documentos em que não tenham sido efetuadas ocultações de dados confidenciais.

		a B conhecer as estratégias de negociação de A, as premissas internas e prejudicar seriamente a posição de A em futuras negociações de aprovisionamento com B.	
ID 555	Página 5	Conversas privadas com pessoas não relacionadas com a investigação.	Conversas privadas
ID 600	Páginas 2, 4, 5 e 8	Compromissos pessoais anotados na agenda pessoal de um empregado da empresa.	Compromissos pessoais
ID 603	Página 3	Elementos de identificação de um empregado de um cliente que não está relacionado com a investigação.	Elementos de identificação de empregados de um cliente que não estão relacionados com a investigação
ID 650	Página 1	Nomes de pessoas (exceto o diretor executivo, o responsável pela marca e o diretor comercial) que participaram numa reunião interna em que apenas casualmente foram debatidas questões relacionadas com a investigação.	Elementos de identificação de empregados não relacionados com a investigação
ID 717	Página 12	Informações internas sobre o planeamento estratégico relativas à quantidade e ao custo das matérias-primas, às obrigações contratuais, aos processos técnicos, às patentes, etc.	Informações internas sobre o planeamento estratégico
ID 1204	Página 1	Debate interno sobre a situação financeira da empresa (política em	Debate interno sobre a situação financeira da

		matéria de passivo/ativos e em termos de política financeira, política salarial, etc.).	empresa
ID 1212	Página 18	Informações relativas aos produtos/serviços que não estão relacionados com a investigação em curso.	Informações relativas [PRODUCT X; SERVICES Z] os quais não estão relacionados com a investigação em curso
ID 1581	Página 14	Informações relativas às relações comerciais bilaterais com um cliente (ata de reunião) que não foram divulgadas a outros concorrentes.	Informações relativas às relações comerciais bilaterais com um cliente